

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que fazem, na forma abaixo, de um lado, o **SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA NO ESTADO DA BAHIA** também designado pela sigla **SINDHOSFEIRA** com sede na Avenida Getúlio Vargas 1412, Centro, Feira de Santana e Fórum na mesma cidade de Feira de Santana, sendo pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado, constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica dos hospitais, clínicas, casas de saúde, ambulatórios, consultórios, instituições de beneficência, religiosas e filantrópicas e demais estabelecimentos de serviços de saúde, situados na base territorial dos municípios de: Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Capela do Alto Alegre, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Gavião, Ichú, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Rafael Jambeiro, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Serra Preta, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova representado pelo Presidente Dr. Marcelo Moncôrvo Britto, casado, médico, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas 1412 Ponto Central – Feira de Santana-Ba CEP: 44.035-010, CIC 372.658.905-82, CRM 9962-Ba e, do outro lado, o **SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DA BAHIA** também designado pela sigla **SEEB**, neste ato representado pela sua presidente Enfermeira. Lúcia Esther Duque Moliterno, maior, brasileira, casada, enfermeira, residente e domiciliada a Rua Marquês de Monte Santo, 125 – ap. 304 – Rio Vermelho, Salvador, Bahia, CEP: 41.940-330, C.I: 1.782.284, SSP–BA, CIC: 202.456.105-53, nos termos a seguir explicitados:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ABRANGÊNCIA - A presente Convenção abrange os Empregados integrantes das Categorias Profissionais representadas pelo **SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DA BAHIA – SEEB** e pelas empresas integrantes da Categoria Econômica representada

pelelo **SINDHOSFEIRA – SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAUDE DA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA.**

CLÁUSULA SEGUNDA - REAJUSTE SALARIAL - As empresas integrantes da Categoria Econômica representada pelo **SINDHOSFEIRA** concederão aos seus empregados um reajuste salarial de:

- a. **3 % (três por cento), incidente sobre os salários praticados em 31 de agosto de 2009, a partir de 1º de setembro de 2009 até 30 de outubro de 2009;**
- b. **5,83 % (cinco unidades e oitenta e três centésimos por cento), incidente sobre os salários praticados em 31 de agosto de 2009, a partir de 1º de novembro de 2009 até 30 de agosto de 2010;**

Parágrafo único: As empresas poderão compensar os aumentos legais ou espontâneos concedidos no período de 01 de setembro de 2008 até 31 de agosto de 2009, com exceção daqueles decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade, mérito, término de contrato de aprendizagem, expressamente concedidos a esses títulos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DATA BASE – A data base da categoria fica estabelecida como sendo o mês de setembro.

CLÁUSULA QUARTA – CONQUISTAS ANTERIORES – Ficam mantidas todas as conquistas anteriores obtidas pela categoria profissional, quer por convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, quer por ato de liberalidade da empresa, decorrentes da relação de emprego, como transcritas fossem todas, integralmente, para este instrumento, com exceção do adiantamento quinzenal e do anuênio como inicialmente ajustado.

CLÁUSULA QUINTA - ANUÊNIO - As empresas pagarão a vantagem denominada anuênio, cujo valor ficou congelado em 30 de abril de 1998, o qual será reajustado (o valor congelado) pelo mesmo índice de reajuste salarial concedido à Categoria, em 01.09.2008, consoante cláusula

terceira, desta Convenção. Não fazem jus à vantagem prevista nesta cláusula os empregados que não tenham adquirido até 30.04.1998.

CLÁUSULA SEXTA - HORAS EXTRAS - As horas extras serão pagas, de segunda a sexta-feira com o adicional de 75%, e, nos sábados, domingos e feriados, com o adicional de 100%.

CLAUSULA SÉTIMA – BANCO DE HORAS - Os empregadores poderão adotar o sistema de banco de horas, através do qual o excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 01 (um) ano, a referida compensação. O empregador poderá optar pela compensação no período destinado à concessão de férias, adicionando-se aos dias de férias, os correspondentes à compensação prevista nesta cláusula.

Parágrafo único - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, ou após o decurso do prazo supra estabelecido, sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador fará jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, ou do efetivo pagamento, observando-se o adicional estabelecido na presente norma coletiva.

CLÁUSULA OITAVA – ADICIONAL NOTURNO - O adicional noturno será pago com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora diurna, considerado como trabalho noturno o realizado entre as 22h00minh e 05h00minh.

CLÁUSULA NONA – AUXÍLIO CRECHE - Para cada filho menor de 6 (seis) anos, inclusive adotivos, os empregados terão direito ao auxílio creche, no valor de R\$ 24,00 (vinte e quatro reais), mensalmente, a partir de setembro/2009.

Parágrafo único - As empresas que concedem bolsas de estudos ou plano de saúde ficam desobrigadas do cumprimento desta cláusula, desde que o valor da bolsa ou do plano de saúde não seja inferior ao do auxílio creche aqui estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA – AUXÍLIO FUNERAL - A empresa pagará à família do empregado falecido, sob o título de auxílio funeral, dentro de 10 (dez) dias a contar da comunicação do óbito, a importância de R\$ 600,00 (seiscentos reais).

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA – GESTANTE - As empresas garantirão a estabilidade da gestante no emprego, desde a comunicação da gravidez, com a apresentação do atestado médico oficial, até 60 dias do término da licença-gestante.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS – Os dirigentes sindicais, mediante identificação, terão acesso às dependências das empresas, nos locais por elas designadas, respeitados os privativos, devendo ser recebidos por sua diretoria, quando desejarem discutir assuntos de interesse de sua categoria, vedada à divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL - Sem prejuízo da remuneração, as empresas liberarão do trabalho o presidente local do sindicato profissional, observando-se o limite de um por empresa, até o limite de dois anos.

CLÁUSULA DÉCIMA- QUARTA – JORNADA DE TRABALHO - Fica facultado às empresas estabelecerem, segundo a necessidade do empregado e das empresas, jornada de trabalho reduzida ou ampliada em horas/dias ou dias/semanas, sem prejuízo da remuneração, observada a carga horária mensal de 180 horas, deduzidas as horas de descanso semanal remunerado, domingos, feriados e santificados de cada mês.

Exemplo: mês de junho 2005: número de dias = 30; número de domingos e feriados 5. $5 \times 6 \text{ horas} =$ a 30 horas. $180 - 30 = 150 \text{ horas}$). As empresas que, porventura, já praticam carga horária fixa de 144 horas, deverão manter esta prática, respeitando o direito adquirido dos trabalhadores.

Parágrafo primeiro - Em qualquer das hipóteses, nenhum prejuízo restará aos trabalhadores quanto à hora noturna reduzida e quanto ao pagamento do adicional noturno.

Parágrafo segundo - O não cumprimento dos regimes de trabalho estabelecidos nesta cláusula assegurará ao empregado à percepção de horas extras nos adicionais previstos na presente Convenção.

Parágrafo terceiro – Nas escalas de 12 x 36, o intervalo para descanso e refeição integra a jornada de trabalho e a concessão deverá ser comprovada mediante registro nos cartões de ponto.

Parágrafo quarto – Os empregados com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais poderão, também, cumpri-la através de plantões de 12 x 36.

CLÁUSULA DÉCIMA- QUINTA - UNIFORMES - As empresas fornecerão, gratuitamente, aos seus empregados, dois uniformes por ano, desde que exigido o seu uso, que se obrigam a devolvê-los, no prazo de reposição e/ou rescisão do contrato de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA- SEXTA - APOSENTADORIA - As empresas garantirão aos seus empregados à estabilidade no emprego nos 02 (dois) anos que antecederem a aposentadoria concedida pela Previdência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA - ALIMENTAÇÃO - As empresas que possuem refeitório fornecerão aos seus empregados, que laboram em regime de plantão de 12 horas, alimentação gratuita, desde que seja do seu interesse o cumprimento desta jornada por parte do obreiro. Quando esta jornada for cumprida por interesse do empregado, as empresas fornecerão alimentação com o desconto autorizado pelo **PAT**, ficando pactuado que a alimentação é concedida para a execução do trabalho, não se integrando ao salário a vantagem, para qualquer efeito de lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA - AVISO PRÉVIO - O aviso prévio para os empregados despedidos sem justa causa será de 30 (trinta) dias, previstos em lei, e mais 03 (três) dias por cada ano trabalhado.

CLÁUSULA - DÉCIMA NONA – ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL – Os empregados poderão utilizar até 05 dias úteis por ano, alternados ou contínuos, para comparecimento a eventos que visem à atualização e o aperfeiçoamento profissional, sem prejuízo de sua remuneração, devendo o obreiro, contudo, fazer prova da participação no evento em cinco dias após o seu término.

Parágrafo único – Os empregados deverão fazer um ajuste entre si para que todos não se afastem, ao mesmo tempo, do serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR - As empresas garantirão exclusivamente aos empregados, a contratação de plano ou seguro de saúde com ônus máximo limitado a 70% (setenta por cento) do custo para os trabalhadores e 30% (trinta por cento) do custo para as empresas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PRIMEIRA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL – As empresas descontarão de todos os seus empregados regidos pelo SEEB, no mês de outubro de 2009, a contribuição assistencial prevista na Constituição, art. 8º, inciso VIII, para manutenção das atividades sindicais no valor de 2% (dois por cento) incidentes sobre o salário base dos empregados, como definido pela assembléia geral da categoria, podendo qualquer deles oferecer oposição ao referido desconto, nos 10 (dez) dias subseqüentes, através de ofício dirigido ao Sindicato profissional.

Parágrafo primeiro: o não recolhimento no prazo estipulado acarretará a incidência da multa no percentual de 2% (dois por cento) e juros à razão de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo segundo: As empresas deverão repassar a secretária do Sindicato à relação nominal das importâncias descontadas, bem como efetuar o depósito na agência 0061 c/c 1477-7 Caixa Econômica Federal no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o desconto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SEGUNDA – TAXA ASSISTENCIAL PATRONAL. As empresas representadas pelo **SINDHOSFEIRA** sejam estas filiadas ou não ao sindicato, na forma permitida pelo artigo 513, E, da **CLT**, ficam obrigadas ao pagamento de um percentual equivalente a 2% para

associados e 4% para não associados, limitado ao valor de R\$5.000,00, em favor do **SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DA REGIÃO DE FEIRA DE SANTANA**, apurado sobre os salários pagos aos empregados representados pelo **SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DA BAHIA** no mês de setembro de 2009, com a remessa das quantias devidas ao **SINDHOSFEIRA**. A contribuição assistencial patronal deverá ser paga em parcela única até o dia 15 DE OUTUBRO DE 2009, podendo qualquer associado oferecer oposição a referida contribuição, nos dez (dez) dias subseqüentes à assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho, por meio de correspondência dirigida ao **SINDHOSFEIRA**.

Parágrafo único: o não recolhimento no prazo estipulado acarretará a incidência da multa no percentual de 2% (dois por cento), e juros à razão de 1% (um por cento) ao mês, além do devido protesto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - TERCEIRA – CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - As empresas recolherão o imposto sindical dos enfermeiros na forma da legislação vigente, no mês de março, conforme preceitua o art. 580, inciso I da **CLT** e repassando para o Sindicato dos Enfermeiros com código sindical sob o número 000.26601338-4.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - QUARTA – FORMULÁRIO DO CAT – Fica estabelecido o envio de uma cópia do CAT para o Sindicato, em caso de acidente de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - QUINTA– CARTA DE REFERÊNCIA – Fica estabelecido no momento da homologação a carta de referência ao enfermeiro demitido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SEXTA – PERÍODO DE VALIDADE - A presente Convenção Coletiva de Trabalho vigorará a partir de 01 de setembro de 2009 a 31 de agosto de 2010.

E por estarem de pleno acordo, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 05 (cinco) vias, para um só efeito.

Salvador, 01 de setembro de 2009.

**SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DA REGIÃO
DE FEIRA DE SANTANA - SINDHOSFEIRA**
Dr. Marcelo Moncôrvo Britto

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DA BAHIA – SEEB
Enf. Lúcia Esther Duke Moliterno

Testemunhas: 1. _____

2. _____